

## SOBRE PEIRCE E POPPER

*Fabrcio Lopes da Silveira \**

### 1 Introduo

Partindo da doutrina dos signos do filsofo e lgico-matemtico norte-americano Charles Sanders Peirce, este texto pretende construir um paralelo entre as concepes peirceanas de lgica e dialtica e as concepes que o filsofo austraco Karl Popper mantm dessas mesmas categorias. Contudo no se esgotam aqui as pretenses que este estudo encerra. Estabelecido o paralelo inicial, procurar-se-á extrair a posio de Peirce em relao à crtica de Popper à Lgica Dialtica, bem como mapear as repercusses dessas duas contraposies (que já foram sugeridas acima) no que diz respeito ao fundamento e à estrutura lgica do discurso cientfico em geral. Em outras palavras: trabalhar essas dualidades tendo em vista algumas das questes gerais implicadas pela Filosofia da Cincia. So realizados ainda esforos no sentido de evidenciar, mesmo que breve e introdutoriamente, as posies de Peirce e Popper quanto à Psicanálise freudiana e sua pretensao à cientificidade.

Para tanto, tomaremos como ponto de apoio, ou guia de percurso, um mosaico de referncias textuais que, conforme julgamos, se acercam da temtica proposta. As obras “Conjecturas e Refutaes”, de Popper, e “Semiótica e Filosofia”, de Peirce, sero as referncias teóricas básicas. A elas juntar-se-ão outras, que introduzem rapidamente os temas e que iro compor um quadro de referncias secundrias.

Este trabalho está marcado pelo signo da conjectura, como quer Popper, ou ainda, já como quer Peirce, pelo signo da abduo, ou seja: como uma primeira visualizao do tema, como um sobrevoo sobre as problemáticas aqui enfocadas. Desse modo, o presente estudo está sujeito a todas as fragilidades de uma investigao incipiente e aos descaminhos em que uma empreitada desse tipo pode incorrer. Tem-se aqui uma justificativa para que suas eventuais falhas e incoerências sejam vistas não como erros imperdoáveis e desabonadores, mas como instncias a serem corrigidas posteriormente, o que irá sedimentando uma

---

\* Professor do Curso de Comunicao Social da UNISC.

visão mais coerente da temática proposta. Tal trabalho deve ser visto assim: como uma desconfiança ainda não totalmente segura e fundamentada, mas que vai aos poucos sendo lapidada, ganhando corpo e se tornando clara. Interrompê-la nesse estágio é impedi-la de crescer.

## 2 A lógica em Peirce

Segundo Lúcia Santaella, a rigor, os métodos utilizados por uma inteligência científica qualquer sempre foram o objetivo último de todas as investigações peirceanas, em relação ao qual quaisquer outras incursões apenas serviram como meios para atingir esse objetivo. Até mesmo suas categorias fenomenológicas, sempre tão presentes e tão estimadas, só lhe serviram como suportes para um fim que ia além delas. Santaella não hesita em afirmar que a Lógica, concebida como Lógica das Ciências, era a verdadeira paixão e o objetivo último dos estudos de Charles Sanders Peirce:

*Considerando-se que a Semiótica ou Semeiótica, como Peirce preferia chamá-la, veio a ser o outro nome ou sinônimo que ele deu para Lógica, pode-se afirmar que sua obsessão pela Lógica foi despertada bem antes de 1861, quando da escolha e definição de seu objeto. São abundantes as comprovações, tanto em termos de obra realizada, quanto em termos das declarações feitas por Peirce, no decorrer de sua vida, de que esse objeto definido também lhe foi definitivo. Essa, a camada mais profunda de sua vida intelectual (Santaella: 1992b, p. 65).*

Desse modo, a semiótica peirceana dá forma a uma ampla malha conceitual que pode ser aplicada a todos os fenômenos, desde o sentimento mais incerto até o raciocínio mais elaborado. A semiótica de Peirce se apresenta como um grande aparato lógico que possibilita compreender, através do intrincado universo sógnico, todos os fenômenos (naturais ou não), todos os discursos (verbais ou não-verbais), todas as emoções, ações e reações. “A primeira lição que temos o direito de exigir da Lógica é a de como tornar claras nossas idéias”, dizia Peirce (1975, p.52).

Num trecho um pouco mais longo, Lúcia Santaella (1992, p. 67) nos dá mais esclarecimentos:

*Infelizmente, contudo, até hoje, Peirce parece continuar só na enormidade do seu empreendimento. Em nosso tempo, o termo Lógica da Ciência entrou em desuso, substituído por História e Filosofia da Ciência, enquanto o termo Lógica passou a significar Lógica matemática e dedutiva em forma algébrica. Peirce contribuiu para a álgebra da Lógica, em um nível de importância que ombreia, nesse aspecto, a importância de Frege. Mas ele não punha muita ênfase em seu trabalho na álgebra da Lógica. Dentro da Lógica dedutiva, considerava seu sistema de grafos existenciais (ou sintaxe diagramática) como uma grande aquisição. Para ele, os grafos eram superiores à álgebra da Lógica como um instrumento de análise conceitual. Contudo, nem a Lógica matemática em si, nem mesmo seus grafos existenciais lhe eram muito exclusivos ou prioritários, mas ainda e também apenas subsídios para a compreensão dos métodos e raciocínios utilizados por uma inteligência científica, inteligência essa entendida em sentido geral e coletivo e não individual e pessoal.*

Já segundo o próprio Peirce (apud Santaella: 1992b, p.132), existe uma diferença entre os dois sentidos da Lógica:

*No sentido mais estreito, é a ciência das condições necessárias para se atingir a verdade. No sentido mais amplo, é a ciência das leis necessárias do pensamento, ou melhor (o pensamento sempre ocorrendo por meio de signos), é Semiótica geral, que trata não apenas da verdade, mas também das condições gerais dos signos sendo signos...também das leis de evolução do pensamento, que coincide com o estudo das condições necessárias para a transmissão de significado de uma mente a outra, e de um estado mental a outro.*

Desse modo, a teoria geral dos signos, proposta por Peirce, pode ser entendida também como mais um sinônimo para a Lógica. Fundada sobre a Fenomenologia peirceana, esta concepção de Lógica se detém no estudo de toda cognição e compreende todos os processos mentais como inferenciais, ou seja: toda cognição é derivada de uma premissa maior e menor, até chegarmos a premissas originais que não têm a natureza de cognições ou são uma regressão infinita. Além disso, a Semiótica ou Lógica Peirceana coloca ênfase também no caráter sógnico de todos os fenômenos e de todos os processos mentais, na estruturação simbólica de todas as linguagens e, como se já não bastasse, ainda toma emprestada a estrutura triádica da Dialética Hegeliana, como veremos, ainda que brevemente, a seguir.

### 3 A dialética peirceana

“Eu recupero Hegel em outra roupagem”, costumava dizer Peirce, que com esse filósofo sempre manteve relações contraditórias, conforme nos diz Santaella. “Peirce desprezava seu idealismo absoluto ao mesmo tempo que o considerava o mais grandioso dentre todos os filósofos que já existiram. Via as categorias hegelianas como puramente materiais e também particulares, mas enxergava, nos três estágios do pensamento formulados por Hegel, profundas semelhanças com suas categorias fenomenológicas universais” (Santaella: 1992a, p.28).

Contudo, as categorias da Fenomenologia Peirceana, que sustentam toda a estrutura triádica de sua Semiótica, vieram à luz, conforme frisa o próprio Peirce, a partir do estudo de Kant, e não de Hegel, embora posteriormente as categorias de *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade* tenham se assemelhado às categorias hegelianas de *tese*, *antítese* e *síntese*.

Dessa forma, todas as categorias correspondentes ao âmbito da primeiridade peirceana (ícone, qualissigno, rema) seriam equivalentes à categoria hegeliana de *tese*; do mesmo modo, as categorias relativas à secundidade (índice, sinsigno e dicente) e à terceiridade (símbolo, legissigno e argumento) corresponderiam, respectivamente, às categorias hegelianas de *antítese* e *síntese*.

A própria idéia da semiose ilimitada, ou da ação ininterrupta entre os três elementos da função sógnica (signo/objeto/interpretante), que se relacionam continuamente gerando sempre um interpretante que está em constante transformação e corre sempre em direção ao futuro, é característica da dialética hegeliana. O significado de um signo é sempre outro signo, dizia Peirce. Desse modo, o interpretante gerado pela mediação de um signo determinado por um

objeto qualquer irá se transformar, em seguida, num outro signo do mesmo objeto e irá produzir ainda outro interpretante, e assim *ad infinitum*. Ou seja: o signo é a tese, o objeto é a antítese e o interpretante é a síntese hegeliana. A semiose ilimitada da função sógnica é um processo recorrente e contínuo, onde o significado de um signo se revê e se redefine indefinidamente, está em crescimento e readaptação constante, como a busca incessante por uma espécie de síntese ideal que está sempre no futuro e que não irá ser alcançada nunca.

### 4 A lógica segundo Popper

O nome de Karl Popper comumente está ligado à Filosofia da Ciência, disciplina que se encarrega da investigação lógica dos métodos e dos raciocínios empregados pelo discurso científico em geral. Desse modo, a lógica assume lugar central nos interesses de Popper. Segundo ele (1994, p.353), a Lógica “pode ser descrita - em termos muito rústicos, talvez porém adequadamente com vistas ao nosso objetivo - como a *teoria da dedução*”.

Para Popper (1994, p. 354), “uma teoria como a Lógica pode ser chamada de fundamental; com isso queremos dizer que, como é uma teoria a respeito de todos os tipos de inferências, é usada todo o tempo por todas as ciências”.

Tendo em vista as pretensões que explicitamos inicialmente, cumpre ressaltar aqui basicamente dois aspectos, que serão expostos de maneira extremamente genérica e introdutória: o primeiro diz respeito à crítica de Popper ao método ou ao raciocínio indutivo (no cerne de sua preocupação com o funcionamento lógico das ciências); o segundo é relativo às ressalvas impostas por Popper à Dialética Hegeliana (inserida, diz ele ironicamente, num “capítulo não muito válido da história do pensamento filosófico”).

Segundo Lungarzo (1994, p. 61), “para as primeiras doutrinas de Popper, a ciência tem uma certa lógica da pesquisa, mas essa lógica não inclui a indução. O cientista obtém leis científicas formulando conjecturas, e tentando confrontá-las com a realidade”. As descobertas científicas não derivam, nessa perspectiva, da observação do real, ou do contato empírico com os fenômenos, mas sim da imaginação ou das conjecturas formuladas pelo cientista. Em seguida, essas conjecturas devem ser submetidas a toda sorte de testes e de verificações, onde serão então refutadas ou confirmadas. Para Popper, todas as teorias científicas devem ser consideradas válidas até o momento em que sejam negadas, quando devem então ser substituídas por novas teorias, que possam também ser testadas posteriormente.

Conforme Lungarzo (1990, p.57), “uma dedução é uma seqüência de

sentenças, tais que as sentenças das quais partimos são as premissas; a seqüência à qual chegamos é a conclusão. Se as premissas são verdadeiras, a conclusão é verdadeira.” O exemplo acabado da dedução é o silogismo, tido por Peirce como o exemplo perfeito do legissigno argumental, o signo em plenitude tricotômica.

A indução, por sua vez, está mais ligada ao método empírico, “um método que tem início em longas seqüências de observações e experiências, e nelas se baseia”, diz Popper (1994, p.82), que faz severas críticas ao método indutivo. Esse, na perspectiva popperiana, “transcende sempre a experiência”, já que se aplica sempre a casos passados e logicamente não dá segurança quanto aos acontecimentos futuros (bastaria uma só ocorrência para negá-lo).

Peirce introduz, além dos conceitos de dedução e de indução, uma nova categoria, que seria anterior (ou seria um primeiro em relação) aos outros dois tipos possíveis de raciocínios: a abdução. Santaella (1992b, p.94) diz que “só a abdução introduz idéias novas, sendo a única forma de raciocínio propriamente sintética. Assim sendo, ela é meramente preparatória, o primeiro passo do raciocínio científico, o mais ineficiente, mas o único responsável pelas descobertas com que o homem explora e explica o mundo”. A abdução é uma inferência, uma suspeita, um quase-raciocínio, uma espécie de adivinhação altamente falível, mas o único tipo de operação mental responsável por todos os nossos *insights* e descobertas.

Marcello Truzzi (1993, p. 9) nos dá um bom exemplo de cada um dos três tipos possíveis de raciocínio:

1) Abdução -

caso - Todos os graves ferimentos à faca resultam em sangramento.

resultado - Houve sangramento.

regra - Este foi um grave ferimento à faca.

2) Indução -

caso - Este foi um grave ferimento à faca.

resultado - Houve sangramento.

regra - Todos os graves ferimentos à faca resultam em sangramento.

3) Dedução -

caso - Todos os graves ferimentos à faca resultam em sangramento.

resultado - Este foi um grave ferimento à faca.

regra - Houve sangramento.

A partir desses exemplos percebe-se que a dedução deriva de uma assertiva de caráter geral e passa a ser aplicada a casos particulares; a indução,

ao contrário, tira conclusões gerais a partir de um caso singular efetivamente observado, ou comprovado empiricamente; a abdução formula inferências abduativas gerais e daí deduz casos específicos. Segundo Júlio Pinto (1995, p.14), a abdução caracteriza-se “pela maior possibilidade de erro implícita na hipótese que ela lança, porque é fácil perceber como tanto a indução quanto a dedução estão baseadas na experiência”. Conforme Pinto, há uma certa audácia na inferência abduativa. A abdução se apresenta como um palpite, um *insight* que se projeta para o futuro. Assemelhando-se, dessa maneira, ao método popperiano das conjecturas que devem ir sendo submetidas a testes e verificações.

Antes de adiantarmos mais alguns aspectos conclusivos, e estabelecido em rápidas pinceladas o paralelo entre as concepções de Peirce e Popper quanto à Lógica, além de suas respectivas contribuições para o estudo das questões relativas à Filosofia da Ciência, resta examinarmos, de maneira panorâmica, a posição de Karl Popper quanto à Dialética, fechando assim aquela contraposição que acima foi iniciada com Charles Sanders Peirce, no que diz respeito a essa questão.

## 5 A crítica de Popper à lógica dialética

Popper é um dos críticos mais ferozes da Dialética Hegeliana. No capítulo “O que é a Dialética?”, de seu livro “Conjecturas e Refutações”, Popper (1994, p.344-5) a define como um desenvolvimento do pensamento onde

*surge primeiro uma idéia, teoria ou movimento que denominamos “tese”; em consequência haverá uma oposição porque, como a maior parte das coisas nesse mundo, a tese terá valor limitado, apresentando alguns pontos de fraqueza. A idéia (ou movimento) de oposição é a chamada “antítese”, dirigida contra a tese. A luta entre a tese e a antítese continuará até alcançar-se alguma solução que, num certo sentido, avance além da tese e da antítese, reconhecendo o mérito de cada uma e procurando preservá-lo, ao mesmo tempo em que evita as respectivas limitações. Essa solução - o terceiro passo no processo dialético - é a chamada síntese. Uma vez alcançada, pode tornar-se por sua vez a primeira etapa de uma nova tríade, se a*

*síntese em questão só for parcialmente satisfatória - neste caso surgirá nova oposição, passando a síntese a constituir uma outra tese. Repetir-se-á a tríade num nível mais elevado, podendo alcançar um terceiro nível, quando se chegar à segunda síntese.*

A definição dada por Popper à Dialética se encontra em conformidade com a estrutura triádica da Fenomenologia de C. S. Peirce, onde a tese corresponderia ao caráter qualitativo e sensório da primeiridade, a antítese ao caráter de choque, dual e factual da secundidade e, por sua vez, a síntese corresponderia à mediação racional e à camada de inteligibilidade da terceiridade. Além disso, a noção peirceana de semiose, como ação sígnica, também é corroborada pela dialética, conforme Popper: um processo contínuo e infinito, que vai gerando a si mesmo e se auto-corrigindo.

A crítica severa de Popper àquilo que ele chama de Lógica Dialética pode ser resumida em dois pontos principais: o primeiro diz respeito à questão da contradição, que, segundo ele, é vista e até mesmo aceita pelos dialéticos como fundamental ao desenvolvimento do pensamento. Diz Popper (1994, p.347): “essa afirmação representa um ataque à chamada “lei da contradição” (ou à “lei da exclusão das contradições”) da lógica tradicional, a qual afirma que duas proposições contraditórias não podem ser ambas verdadeiras: que uma afirmativa que consista na conjunção de duas afirmativas contraditórias deve sempre ser rejeitada como falsa, numa base puramente lógica”. Ou seja, para Popper é inaceitável que duas posições contrárias (tese e antítese) estejam ambas corretas e sejam amalgamadas na síntese. Segundo ele, não devemos aceitar passivos a contradição, como parte de um processo que é visto como natural e que conduzirá sempre a um estágio ideal.

A segunda questão levantada por Popper em relação à Dialética diz respeito à linguagem empregada pelos defensores desta corrente. Segundo Popper, seria uma linguagem extremamente vaga e perigosa. Termos como “contradição” deveriam ser substituídos por “conflito”, por exemplo. Para Popper, esta linguagem pouco rigorosa facilita a interpretação forçada de qualquer coisa em termos dialéticos.

Num certo sentido, Peirce resolve e esvazia a crítica de Popper à Lógica Dialética, já que sua primeiridade, tida como equivalente à tese hegeliana, não teria um determinado caráter acabado, fechado ou, em última instância, dogmático, que caracterizaria este estágio do desenvolvimento científico. A primeiridade peirceana não representa uma proposta definida que será confrontada a outra

proposta contrária e igualmente acabada, mas apenas um estágio primário e vago, uma possibilidade, uma suposição frágil que vai ao poucos se definindo, rumo a uma elaboração conceitual mais elaborada. Para Peirce, a secundidade (no que tem de equivalente à antítese) não representa uma “contradição”, como querem os dialéticos e como critica Popper, mas um segundo estágio natural de todos os fenômenos e todos os pensamentos.

Esboçado o quadro que nos dispusemos a elaborar inicialmente, resta tecermos algumas breves considerações conclusivas, que não devem ser vistas como definitivas, mas sim como o resultado de uma primeira aproximação do tema aqui estudado.

## 6 A psicanálise entre Peirce e Popper e a ciência como processo

Para Popper, a confirmação pela experiência empírica se dá sempre em sentido negativo: “É fácil obter confirmações ou verificações para quase toda teoria”, (1994, p.66). A partir de Popper, merece status científico aquela explicação que se encontra mais exposta às refutações. Substitui-se assim o critério da verificação pelo critério da refutabilidade, onde todo teste empírico é sempre uma tentativa de refutar-se a teoria em questão. Popper mostra que todo conhecimento científico é provisório, uma teoria que se encontra confirmada pela experiência é apenas uma teoria que ainda não conseguimos refutar, apesar dos esforços que dirigimos neste sentido. Essa idéia de Popper se assemelha à idéia do Falibilismo peirceano, segundo o qual a verdade científica está também sempre no futuro, na busca, no devir. O conhecimento científico se apresenta, segundo ambos autores, como processo contínuo.

Retomando o critério da refutabilidade, para o qual aquelas teorias suficientemente vagas e amplas são tidas como menos confiáveis, justamente por nos castrarem as possibilidades de refutação, Hilton Japiassu (1979, p.95) comenta que:

*Deste ponto de vista, Popper não considera como científica a teoria psicanalítica. Mas não pelo fato de ela não poder ser suficientemente verificável ou confirmável, mas porque não podemos indicar, a priori, nenhuma experiência e nenhum fato capazes de abalar ou de refutar essa teoria.*

Popper questiona o status científico da psicanálise freudiana com o

argumento de que essa seria irrefutável e dificilmente testável. Nesse ponto, contudo, novamente Peirce se opõe a Popper, na medida em que a categoria peirceana de abdução reserva espaço para que a psicanálise e o inconsciente freudianos sejam amparados de outra maneira.

Segundo Elisabeth Saporiti (1994, p.121), “o aparato teórico legado por Charles S. Peirce se mostraria mais adequado a uma compreensão da Psicanálise do que o de Karl Popper”. Segundo ela, Popper se apóia numa noção dual de “verdade/falsidade”, e a Psicanálise, “sem advogar absolutamente nenhum relativismo, nenhum vale-tudo, precisa de um enquadre em que existam posições outras que não apenas as ocupadas pelo que é verdadeiro ou falso” (Saporiti: 1994, p.97).

### 7 Sobre Peirce e Popper (1994): o esboço de uma conclusão

Já de saída, fica claro ao menos um ponto em comum entre Peirce e Popper: a preocupação com a estrutura lógica dos métodos da ciência. Peirce, contudo, trabalha essa questão a partir de sua Fenomenologia e de sua ampla concepção de signo (onde se incluem todas as linguagens possíveis); Popper, por sua vez, discute indução e dedução como métodos cientificamente válidos. Além desses, como vimos anteriormente, Peirce formula a noção de “abdução”, introduzindo um terceiro tipo de raciocínio - na verdade a abdução seria um quase-raciocínio, ou melhor, um raciocínio pré-científico - e explicitando sua paixão pelas estruturas triádicas.

Na verdade, o conceito peirceano de abdução parece equivaler-se à proposta de Popper quanto aos raciocínios científicos: a abdução se assemelha às conjecturas popperianas, produtos da imaginação e da liberdade do cientista criar ou supor soluções para os problemas com os quais se depara. “Popper considera as teorias científicas como livres criações de nosso espírito” (Japiassu: 1979, p.95).

Em Peirce, e também em Popper, esse primeiro estágio do pensamento científico (abdução num e conjectural noutro) vai sendo submetido a depurações lógicas e racionais. Tem-se, em ambos os autores, uma espécie de processo contínuo que se desenvolve num crescendo, onde um raciocínio fracamente determinado, ou um quase-raciocínio como quer Peirce, vai passando por várias etapas até assumir a forma lógica cientificamente adequada. Tem-se ainda a intenção comum de estabelecer uma lógica não-indutiva da ciência.

Além disso, a idéia de ciência como processo, ou como corrida em direção ao futuro, onde são dinamitadas todas as pretensões à verdade ou de acesso total

à realidade, também se mostra presente tanto em Peirce como em Popper. Para o primeiro, o conhecimento é essencialmente falível (a idéia central do Falibilismo peirceano); para o segundo, o conhecimento é sempre provisório.

Evidenciam-se assim, como este texto procurou timidamente indicar, alguns cruzamentos entre Peirce e Popper. Entre eles se encontram também algumas discordâncias, como aquela estabelecida em relação à Psicanálise. Tais divergências e convergências encontram-se pouco exploradas, à espera de sistematizações maiores que lhes possam dar a abordagem profunda e cuidadosa que merecem.

### 8 Bibliografia

- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- LUNGARZO, Carlos. *O que é lógica*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O que é ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- PINTO, Júlio. *1,2,3 da semiótica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.
- POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Brasília: UnB, 1994.
- SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1992a.
- \_\_\_\_\_. *A assinatura das coisas: Peirce e a literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992b.
- SAPORITI, Elisabeth. *A cientificidade da psicanálise: Peirce e Popper*. São Paulo: Escuta, 1994.
- TRUZZI, Marcello. Sherlock Holmes: psicólogo social aplicado. In: SEBEOK, Thomas e ECO, Umberto (Orgs.). *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 1993.